



FRONTEIRA E SOBERANIA: UM OLHAR SOBRE O CONTROLE EXERCIDO POR ISRAEL NA FAIXA DE GAZA (2006-2021)

Palavras-Chave: Fronteira. Soberania. Faixa de Gaza. Israel

Autores(as):

Matheus Anézio Pereira Gusmão - UNICAMP

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (orientador) - UNICAMP

Prof. Dr. Kauê Lopes dos Santos (co-orientador) - UNICAMP

INTRODUÇÃO

Entre 2006 e 2021 o Estado de Israel exerceu significativo controle sobre as fronteiras da Faixa de Gaza utilizando, para isso, diversos instrumentos tecnológicos de monitoramento de, como os checkpoints. Nesse sentido, embora a Faixa de Gaza esteja submetida ao controle do partido político Hamas, argumenta-se que é o Estado de Israel quem de fato exerce a soberania sobre esse território. Sendo assim, este projeto de pesquisa busca interpretar essas questões políticas na área em questão como um estudo de caso dentro do campo da ciência geográfica. Para tanto, utilizaremos uma constelação de conceitos, sendo eles: fronteira (CATAIA, 2008; SAINTE, 2019; SAINTE, 2020; RAFFESTIN, 1974), soberania (MBEMBE, 2016), dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2005), necropolítica (MBEMBE, 2016) e estado de exceção (AGAMBEN, 2004). Diante do exposto, busca-se compreender os objetivos de Israel em estabelecer o controle na fronteira com a Faixa de Gaza, bem como analisar quais têm sido as consequências desta política para a vida dos palestinos que habitam o território em questão. A partir dessa análise, pode-se verificar se é Israel quem de fato exerce a soberania sobre o território por meio de suas tecnologias de monitoramento. Para este estudo foram feitos levantamentos e sistematização em fontes secundárias diversas, o que possibilitaram, além das análises propostas, também a confecção de mapas temáticos.

SOBERANIA

“(…) as únicas leis que realmente se aplicam em Gaza são aquelas de guerra onde o poder soberano, Israel, pode infligir violência sem responsabilização ou qualquer referência à lei.” (ROY, 2021)

Para a discussão sobre soberania na Faixa de Gaza, utilizamos principalmente a obra “Necropolítica”, do filósofo camaronês Achille Mbembe. A contribuição fundamental do autor se refere ao fato de que, para ele, a soberania deve ser analisada a partir do uso de forças militares, sendo, portanto, entendida mediante o uso do poder. Essa percepção difere parcialmente daquela disseminada por segmentos do direito internacional - e compartilhada por alguns geógrafos, como Guerby Sainte & Lucca Lammler (2021) e Márcio Cataia (2011) -, em que a soberania se define a partir de um enquadramento baseado no campo jurídico que deflagra o controle de um Estado sobre um dado território. Mbembe não desconsidera essa perspectiva, contudo, vai além, destacando o aspecto das relações de poder, que absorve a partir das reflexões construídas pelo filósofo francês Michel Foucault. Ademais, a importância da obra também se refere a um de seus pressupostos teóricos: a de que a soberania não demanda necessariamente sua instrumentalização por meio de um Estado-nação, tal como entendido pelo geógrafo Wanderley Messias da Costa, em sua obra “Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder”. Essa perspectiva é importante de ser salientada, haja vista que os palestinos ainda não

possuem, reconhecidamente perante toda a comunidade internacional, um Estado. Além de Mbembe, outro autor que reconhece a importância de se discutir a soberania para além do Estado-nação é Bertrand Badie, cientista político francês, que discorre sobre a temática em seu livro “O Fim dos Territórios: Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito”, de 1995.

Mbembe entende a soberania tal como a potencialidade de “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2015, p. 10-11). Na obra do autor, o uso da violência é apontado justamente como mecanismo de obtenção da soberania e, nesse sentido, a política precisa ser entendida em termos bélicos. Ao dialogar com Giorgio Agamben (2004), o autor faz referência ao Estado de exceção, ou seja, uma circunstância pautada pela ausência de leis, que vigoraria em alguns espaços - o próprio autor cita a Faixa de Gaza como estudo de caso - e que teria como pano de fundo uma suposta salvaguarda de um determinado grupo (israelenses) em detrimento de outro (palestinos). Em consonância, Mbembe (2015) argumenta que Israel (o autor na verdade chama-o de Estado colonial) mobiliza sua sociedade para lidar com supostos terroristas existentes na Faixa de Gaza.

É nessa linha de pensamento que acreditamos ser possível falar de uma ideologia geográfica, no interior do Estado de Israel, responsável pela mobilização da subjetividade nacional israelense em torno de uma sociedade militarizada, que entende os palestinos como seres ausentes de humanidade. Para tanto, alguns mecanismos são utilizados: o primeiro se refere ao uso das mídias. Júlia Tibiriçá Gomes (2019) coloca o papel desta e sua utilização, por parte do governo israelense, com fins de transmitir mensagens que venham a corroborar a percepção dos palestinos como terroristas, desse modo naturalizando quaisquer ações de violência. De acordo com a autora, as Forças de Defesa de Israel utilizam o *Youtube* com o objetivo de divulgar as ações militares em terras destinadas aos palestinos, além da execução de supostos membros de organizações terroristas, como ocorre com o Hamas. Essa leitura não poderia se dar, contudo, se não fosse o atual período técnico-científico-informacional e a difusão da informação e das inovações tecnológicas, como proposto por Milton Santos (1996).

O segundo mecanismo é a escola. Antonio Carlos Robert de Moraes (2005; 2005c) e Vânia Vlach (2010) já haviam alertado para a importância dessa instituição para a construção de uma ideologia geográfica, ou seja, ideias que vigoram dentro de um determinado território e que fazem referência a si e aos outros - em suma, a construção de uma nação. Nesse sentido, a obra da historiadora israelense Nurit-Peled Elhanan (2012), faz referência ao papel que a educação possui em Israel, na medida em que a vida militar está presente desde os anos iniciais na escola, quando os alunos recebem visitas de soldados do exército; além disso, de acordo com a autora, em Israel, a posição alcançada dentro do exército, que é obrigatório, garante ingresso em respeitadas universidades do país. Ainda, Elhanan (2012) apresenta que há, nos livros didáticos israelenses, o apagamento da Palestina dos mapas.

Por fim, se para Mbembe (2015), a política precisa ser entendida em termos bélicos, há a necessidade de se debruçar sobre o setor militar em Israel. De acordo com Gomes (2018), o país se constitui como um dos que mais investe em tecnologia de segurança, através de drones, câmeras, sistemas de reconhecimento facial, circuitos fechados de televisão, etc. (Klein, 2007). O objetivo é cada vez mais ter o controle sobre o que cada palestino está fazendo em cada fração de segundo, um controle que se dá por meio da intervenção no espaço-tempo de homens, mulheres, crianças e idosos. Para tanto, o investimento militar israelense (em relação ao PIB) se dá de forma significativa, não obstante dados do Instituto para a Paz de Estocolmo (SIPRI, em inglês) colocam o país, no ano de 2020, entre os 10 que mais destinam recursos para este setor. Diante desse cenário, as fronteiras acabam por se materializar como uma zona de controle da Faixa de Gaza exercido por Israel.

FRONTEIRA

“A fronteira, caso particular do problema geral dos limites, é um quadro (sempre provisório) para as atividades humanas, contudo não é o quadro em si que importa, mas o que é enquadrado, ou seja, importam os grupos que as fronteiras unem e separam.” (Cataia, 2016)

A fronteira, segundo a reflexão de alguns autores, como Jacques Ancel (1938), Claude Raffestin (1974) e Guerby Sainte (2020) é considerada como uma linha que delimita dois Estados soberanos; ou seja, um espaço de sobrevivência e de limite da jurisdição do poder estatal em um dado território. Essa formulação, corrente na geografia política, esbarra em um fator presente na análise sobre a área de estudo em questão: o fato de que os palestinos não têm um Estado reconhecido, mas sim um proto-estado, nas palavras de Mbembe (2015). Desse

modo, entendemos a fronteira em consonância à visão de Hildebert Isnard (1982), ou seja, como “uma cristalização dos limites da organização de distintos projetos políticos”. Ainda, de acordo com Cataia (2010, p. 14)

[esses] projetos não necessariamente passam pela hegemonia do Estado – a velha fórmula geopolítica que iguala Estado a Poder é questionada –, pois existem projetos que não são os projetos hegemônicos do Estado, mas que acabam por organizar territórios. Haveria projetos não-estatais, ou seja, outras formas de projetos que elaboram fronteiras, mas que não têm o Estado como ator principal.

Para Raffestin (1993), a “fronteira em si” só representa a face funcional e não a face processual das relações em que a mesma está inserida. Ou seja, constitui-se de um erro analítico o estudo das fronteiras somente por suas formas. É necessário, portanto, estudá-las por meio das relações sociais que a configuram e que nelas atuam, de tal modo que “trata-se de um espaço que é proibido, perdido, cobiçado, negociado, sonhado e controlado, mantendo relações de trocas e de dominação (...)” (Sainte, p. 37, 2019).

Além disso, Sainte (2019a; 2020a) aponta que as fronteiras passam a condicionar o ambiente de vida dos habitantes de ambos os lados da fronteira, que depende em grande parte do *status* que lhes é concedido pelas autoridades políticas. Em outras palavras, a fronteira trata-se de uma forma-conteúdo, em que há a união entre “o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 2006, p. 83).

Argumenta-se aqui que é Israel quem controla a Faixa de Gaza, ainda que a mesma, teoricamente, esteja sob administração do partido político Hamas. Em relação a isso, Barakat et al. (2019, p. 481) afirma que “*in response to Hamas’ takeover of Gaza in 2007, Israel enacted a ‘closure’ of the territory, blockading the area by air, land, and sea, and imposing controls on flows of goods and people.*” Em outras palavras, é o Estado de Israel quem exerce controle sobre os fluxos materiais e imateriais que chegam ao território, interferindo, portanto, na soberania sobre a localidade palestina. Para tanto, o “Estado colonial” (Mbembe, 2015) mobiliza um forte aparato tecnológico e bélico, de modo a obter a instrumentalização generalizada da existência humana e o controle da vida e da morte dos palestinos.

Nessa linha, Gomes (2018), com base em Michel Foucault (2005), nos traz que, dado o período técnico-científico-informacional e seus respectivos avanços na tecnologia e nos meios de comunicação, novas formas de controle social por meio de dispositivos de segurança têm surgido a partir do uso de drones, câmeras, armas de tecnologia sofisticada, postos de controle, monitoramento de *big data* e outros equipamentos que têm como objetivo a vigilância, muitas vezes sob o argumento da defesa nacional.

Comentando sobre a importância das fronteiras, Sainte (2020, p. 6) afirma que “ocupa[m] uma função importante para a dinamização e movimentação de fluxo de pessoas e de cargas de mercadorias”. Nesse sentido, segundo Jean-Pierre Filiu (2014), Israel submete a população de Gaza a um bloqueio econômico que os impossibilita de ter acesso a mercadorias diversas, como materiais para a reconstrução de infraestruturas destruídas em guerras e alimentos para garantir a quantidade mínima de calorias disponível para consumo diário, que, em 2012, chegou a ser de 2279 calorias por pessoa (Filiu, 2014). Heather Sharp (2010) e Barakat et. al (2019), por sua vez, nos trazem que itens básicos como lâmpadas, velas, fósforos, livros, instrumentos musicais, giz de cera, roupas e sapatos também são barrados pelo Estado de Israel. De acordo com Barakat et. al (2019) e Roy (2021) a maioria dos produtos, mercadorias e bens necessários para a sobrevivência daqueles que habitam Gaza devem passar pelos checkpoints de Kerem Shalom e Erez.¹

Roy (2021) afirma que o objetivo é controlar cada fração de vida dos palestinos e do que ocorre em Gaza. Nessa linha, Barakat et. al (2019) afirma que essa dinâmica têm relações com o fato de que, dado que Israel não ocupa, por meio de instituições e de seu exército, o interior da Faixa de Gaza, seu controle se dá à distância, “através de fronteiras militarizadas, incursões contínuas e ataques assassinos e vigilância aérea, em vez de controle através da presença contínua de exércitos de ocupação” (Graham, 2016, pág. 241)

Para além do estabelecimento e da instrumentalização desses checkpoints na fronteira terrestre, Israel, de acordo com Mbembe (2016), Roy (2021) e Barakat et. al (2019) também controla as fronteiras marítimas, dificultando a vida dos pescadores de Gaza, que, historicamente, têm na pesca uma importante atividade não só econômica mas também cultural (Filiu, 2014), e pelo ar, onde dificulta o deslocamento dos palestinos de Gaza, tendo, os mesmos, que passar pelos aeroportos de Israel. É por meio do controle sobre as fronteiras de Gaza que Israel dificulta o desenvolvimento das condições materiais do povo palestino. Roy (2021) argumenta, por outro lado, que as ações de Israel (denominado como “ocupação” pela autora) resultaram na incapacitação sistemática

¹ Em anexo.

da economia de Gaza e no lento mas consistente declínio de sua sociedade. Pode-se dizer, com base em Amilhat-Szary et. al (2006) que a fronteira, nesse caso, se tornou em recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o controle exercido por Israel na Faixa de Gaza. Este controle, por sua vez, não se dá somente pelo fato de Israel ser um dos países que mais investe em tecnologia e armas militares e do uso para fiscalizar, à distância (mas não só, haja visto as incursões militares), a fronteira, mas também pela forma como instrumentaliza sua própria sociedade a ver os palestinos como inimigos, fato este demonstrado pelas contribuições de Nurit-Peled Elhanan no campo da educação. Desse modo, a soberania precisa ser entendida para além das contribuições que Achille Mbembe coloca em seu célebre artigo “Soberania”. Sendo assim, o que percebemos foi que tal conceito é construído por meio também de articulações simbólicas e de construção de imaginários. Ao fazer isso, o Estado de Israel adquire legitimidade popular para suas ações na Faixa de Gaza, ao passo em que os palestinos que ali habitam, por sua vez, continuam a sofrer.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMILHAT-SZARY, Anne-Laure et al. **Après les frontières, avec la frontière. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe**. France: Aube, 2006.167 p.
- ANCEL, J. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.
- BADIE, B. **O Fim dos Territórios: Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Editora Piaget. 1995.
- BARAKAT et. al. Reconstruction under siege: the Gaza Strip since 2007. **Disasters**. 44 (3): 477–498, 2020.
- CATAIA, M. A. Fronteiras: Territórios em conflitos. **Geografia em Questão** (Online), v. 3, p. 11-25, 2010.
- CATAIA, M. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? **Revista Terra Livre**, 2013, vol.1, nº 40, p. 65-80.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder** (2ª edição revisada). São Paulo: EDUSP, 2008
- FILIU, Jean-Pierre. The Twelve Wars on Gaza, **Journal of Palestine Studies**, Vol. XLIV, No. 1, p. 52-60, 2014.
- GRAHAM. S. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar**. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- GOMES, J. T. D. **Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência na Palestina Ocupada**. 191 p. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.
- MBEMBE, A. Necropolítica. In: **Arte & Ensaio** (UFRJ), n.32, Dez. 2016. Pp: 123-151.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e poder no Brasil**. 2 ed. São Paulo, SP : Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo. 2ed. SP : Annablume, c2005.
- SAINTE, G. Território e fronteira como limite geoestratégico do Estado: o caso do Haiti e da República Dominicana. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, 2020, Núm. 25, <https://raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/365710>.
- SAINTE, G.; LÄMMLE, L. Soberania territorial em disputa: o caso da intervenção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti e seus impactos no território. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-181541, 2021, ISSN 2179-0892.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. 230 p.
- SHARP, H (2011). Entenda como funciona o bloqueio à Faixa de Gaza. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100531_entendabloqueiogaza_ji.shtml. Acesso: 11 de janeiro de 2023.
- PELED-ELHANAN, N. **Palestine in Israeli School Books: Ideology and propaganda in education**. I.B.Tauris, Year: 2012
- RAFFESTIN, C. **Éléments pour une Problématique des Régions Frontalières**. L'Espace Géographique, Paris, n. 1, 1974, p. 12-18. Paris, 1974.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- ROY. S. **Unsilencing Gaza: Reflections on Resistance**. London: Pluto Press, 2021. 278 pages.
- VLACH, V. R. F. Ensino de geografia e história do pensamento geográfico: notas a respeito do papel da ideia de território no Brasil (1822-1934). In: Sousa Neto, M. F. de; Bomfim, P. R. A.. (Org.). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. 1ed. São Paulo: Annablume/FFLCH-USP/GEPO-USO, 2010, v. 1, p. 47-62.

ANEXOS

MAPA 2 - Localização dos check-points de Erez e Kerem Shalom

